

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

Título: Mais do que equívoco	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Governo quer transição para mudança do cálculo dos royalties	3
Título: Complexo da Petrobras no Rio é tomado por ferrugem e alvo de furtos	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Usiminas pode sair do vermelho no trimestre	7

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Mais do que equívoco**

Era uma política equivocada, que acabou levando o país à crise que estamos vivendo. Após a última semana ficou claro que era mais do que isso. A política dos governos do PT, de favorecer alguns grupos e empresas com redução de impostos ou concentração de empréstimos subsidiados, e a escolha por grandes hidrelétricas na Amazônia, com a redução dos custos e riscos das empreiteiras, eram mais do que equívocos.

Os governos petistas defendiam uma tese que reproduzia o pensamento econômico dos governos militares: os grandes grupos deveriam ter vantagens e apoio do Estado para se tornarem ainda maiores e liderarem o processo de consolidação do capitalismo e se tornarem grandes multinacionais brasileiras. Consolidação é como o mercado define o processo de concentração em que empresas compram suas concorrentes e se tornam ainda mais fortes. Se passar do ponto se cria um oligopólio ou até monopólio. O único papel do governo, nesse caso, é impedir as práticas anticoncorrenciais através de uma boa regulação de defesa da concorrência.

A política adotada nos últimos anos fazia o inverso do que se esperava do Estado e induzia à formação de um ambiente monopolista em vários setores. Parecia distorção ideológica. Era muito pior. O governo estava vendendo nacos do orçamento público, pedaços da arrecadação em troca de favores, apoio político, dinheiro para enriquecimento pessoal e recobrando tudo com um discurso do que eles chamavam de “desenvolvimentismo”. A opção da dona da política energética, então ministra Dilma Rousseff, depois presidente, foi pela construção de grandes hidrelétricas na Amazônia, como só ocorrera no governo militar. Havia vários problemas técnicos, energéticos, fiscais e ambientais nas hidrelétricas. As do Rio Madeira foram projetadas pela Odebrecht. Ela investiu R\$ 50 milhões nos estudos de viabilidade, mas esperava recuperar esse investimento ganhando a concorrência de Santo Antônio e Jirau. Venceu a de Santo Antônio. Os defeitos dos projetos foram levantados por especialistas de diversas áreas e foram refutados pelo governo.

Um dos problemas era que as águas do Rio Madeira têm muito sedimento e isso reduz o tempo útil das usinas, até porque foram usadas em Santo Antônio as turbinas bulbo que só haviam sido testadas anteriormente no Rio Danúbio em projetos de pequeno porte. Não havia suficiente cautela ambiental, trabalhista e sanitária. Não havia sido projetado o canal de reprodução dos peixes.

O custo seria maior do que estava sendo dito. O governo ignorou todas as críticas. Lula ridicularizou a preocupação ambiental dizendo que por um “bagre” tentava-se impedir a construção de uma hidrelétrica. Para reduzir os custos das empreiteiras, o governo deu empréstimos baratos. O setor estatal da energia, através da Eletrobras, Chesf, Furnas, além dos fundos de pensão foram forçados a entrar na sociedade. Em Jirau, explodiram revoltas nos canteiros de obras, e tudo foi reprimido com o uso da Força Nacional. Ou seja, efetivos militares e recursos públicos eram mobilizados para resolver problemas trabalhistas de empreendimentos privados.

A usina de Belo Monte foi tão pior que, depois de um certo tempo, pouco se falou nas do Rio Madeira. Belo Monte atingiu o meio ambiente em grande escala e agrediu direitos indígenas. Hoje se sabe que cada uma, além da energia a qualquer custo, gerou também propinas de alta voltagem para os políticos. Havia alternativas mais baratas, mais limpas, mais modernas. Mas o governo optou pelas grandes barragens, achando que ao revolver a terra tudo seria escondido. A Odebrecht não foi a única beneficiada pelas políticas muito mais do que equivocadas dos governos petistas.

O “desenvolvimentismo” desenvolveu apenas os bolsos dos grandes empresários e dos políticos da base do governo. O país ficou com rombos no Orçamento pelos abatimentos em impostos, empréstimos subsidiados e obras mal projetadas. A política econômica que era vendida no Ministério da Fazenda, através de bilhetinhos com o preço, afundou o país na recessão, desordem fiscal, desemprego e ameaçou trazer a hiperinflação de volta. Pareciam escolhas ditadas pela distorção ideológica. E eram muito mais do que equívocos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Governo quer transição para mudança do cálculo dos royalties

O governo federal estuda criar um período de transição para a mudança do cálculo dos royalties do petróleo, processo proposto pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) em 2016, mas que hoje é discutido no STF (Supremo Tribunal Federal).

A mudança elevaria o preço de referência usado para o cálculo dos royalties do petróleo produzido na bacia de Campos, beneficiando o Estado do Rio, mas enfrenta resistência das petroleiras que operam na região –principalmente a Petrobras.

A ideia de um período de transição tem o objetivo de buscar um consenso sobre a questão, segundo apurou a reportagem, ao evitar impactos imediatos no fluxo de caixa das empresas.

Estimativas feitas pelo governo do Rio e parlamentares fluminenses apontam que a receita adicional com a mudança proposta pela ANP chegaria a R\$ 1 bilhão por ano.

Na semana retrasada, eles estiveram em reunião na sede da agência para solicitar agilidade na definição do tema, diante das dificuldades enfrentadas pelo Estado, que está em crise, para pagar salários e fornecedores.

Os royalties são calculados com base no preço de venda do petróleo ou em um preço de referência estipulado pela ANP de acordo com a qualidade do óleo –o que for maior– e a produção de cada campo.

No início do ano passado, a ANP decidiu rever a fórmula que calcula preço de referência, sob o argumento de que a atual, definida em 2000, está defasada. A nova fórmula aumenta o valor de óleos mais pesados, como os produzidos na bacia de Campos.

A mudança, entretanto, foi suspensa por determinação do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), sob a justificativa de que o preço do petróleo estava muito baixo e de que a alteração representaria um custo adicional para as petroleiras.

Após questionamento do governo do Rio, o ministro do STF Luiz Fux determinou, em dezembro de 2016, que a revisão deveria ter sido concluída até 31 de março.

Desde então, governo e ANP têm pedido adiamentos do prazo. O ministro Fux marcou uma nova reunião de conciliação sobre o tema para o dia 3 de maio.

Segundo a Folha apurou, o período de transição é uma das propostas em estudo pelo governo para levar à reunião. Ainda não há, porém, uma definição sobre qual seria esse período.

GÁS

O Rio pleiteia também a revisão dos preços de referência para o cálculo dos royalties sobre a produção de gás natural, que poderia render mais R\$ 1 bilhão por ano aos cofres do Estado.

O tema está na agenda da ANP para 2018. Na reunião da semana retrasada, a comitiva formada pelo secretário da Casa Civil, Christino Áureo, e por parlamentares pediu a antecipação desse debate.

Maior produtor de petróleo e gás do país, o Rio é também o maior beneficiado com a distribuição dos royalties. A partir do fim de 2014, no entanto, a receita começou a sofrer os impactos da queda das cotações do petróleo no mercado internacional.

Para tentar sair da crise, o Estado vem buscando alternativas para aumentar a taxaço do setor –como a cobrança de ICMS e a criação de uma taxa de fiscalizaço sobre a produço, ambas questionadas no STF.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona / Lucas Vettorazzo

Título: Complexo da Petrobras no Rio é tomado por ferrugem e alvo de furtos

Com as obras totalmente paralisadas desde setembro de 2015, o Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) tem hoje instalaçoes deterioradas pela ferrugem e é alvo de furtos de cabos e equipamentos.

O projeto chegou a ser um dos maiores investimentos da Petrobras durante os governos PT, mas foi suspenso após o início da Operação Lava Jato, que descobriu um esquema de corrupço em obras da estatal.

A Folha teve acesso a fotos feitas dentro do complexo, que mostram tanques e outras instalaçoes enferrujadas.

Segundo apurou a reportagem, entre 20 e 30 tanques de 15 metros de altura, que ficam nos fundos do complexo, localizado em Itaboraí, na região metropolitana do Rio de Janeiro, apresentam sinais de deterioraço.

A ferrugem, que também atinge tubulaçoes, é resultado da suspensão das obras antes da etapa de pintura externa que protegeria as instalaçoes.

As atividades no local começaram a diminuir em 2014 e foram totalmente interrompidas em setembro de 2015. Hoje, o canteiro de obras está praticamente parado.

No escritório da Petrobras na obra são prestados serviços administrativos, de limpeza e alimentaço.

No canteiro, só duas empresas atuam de fato –uma de segurança patrimonial e outra de manutenção, mas que trabalha apenas em painéis, motores e máquinas.

Cerca de 300 trabalhadores estariam presentes diariamente no local.

O projeto ocupa uma área de 45 quilômetros quadrados e, a despeito da segurança privada, tem sido alvo de furtos, principalmente de cabos de cobre e peças de painéis, e em geral cometidos à noite.

PREJUÍZO

O Comperj foi projetado durante a gestão do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, delator da Lava Jato, para ser um complexo de refinarias e unidades petroquímicas.

Em delação, ele admitiu o pagamento de propinas pelas empreiteiras responsáveis pelas obras. Segundo o Ministério Público Federal, o ex-governador do Rio Sérgio Cabral também se beneficiou dos pagamentos.

No mais recente balanço, a Petrobras reduziu o valor contábil do ativo a zero, já que as refinarias e as unidades petroquímicas não constam mais dos planos da empresa no período de seu planejamento estratégico. Desde 2014, o Comperj acumula perdas contábeis de R\$ 28 bilhões.

Neste momento, os planos da estatal para a área limitam-se a uma unidade de tratamento de gás para receber a produção do pré-sal, com início de operações previsto para 2020. A licitação para a obra foi lançada no início do ano e deve ser concluída até o terceiro trimestre.

OUTRO LADO

Em nota, a Petrobras diz que vem realizando serviços de preservação no Comperj e que a oxidação nas instalações é superficial e "não constitui risco imediato de dano".

Afirma ainda que os casos de furtos são pontuais e estão sendo tratados pela área de segurança patrimonial da empresa, com participação das autoridades.

Em maio de 2015, quando o ritmo de obras já havia sido reduzido por causa da Lava Jato, a polícia prendeu quatro homens acusados de pertencer a uma quadrilha especializada em furto de metais, principalmente cobre, de dentro do complexo.

A defesa de Cabral disse que só irá se pronunciar nos autos do processo.

ENTENDA O COMPERJ

Empreendimento planejado como um complexo de refinarias e unidades petroquímicas para a produção de matéria-prima para as indústrias química e de plásticos

O QUE JÁ SAIU DO PAPEL

Até agora, nada foi concluído. As refinarias e as unidades petroquímicas saíram do radar da Petrobras, que já contabilizou perdas contábeis de R\$ 28 bilhões com o projeto

O QUE DEVE VAI SAIR

Nos planos atuais da estatal, está apenas a conclusão de uma unidade de tratamento de gás natural produzido no pré-sal, com operação prevista para 2020.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor:

Título: Usiminas pode sair do vermelho no trimestre

A Usiminas alcançou lucro líquido de R\$ 121 milhões no primeiro bimestre deste ano, o que indica que a siderúrgica mineira pode sair do prejuízo entre os meses de janeiro e março depois de dez trimestres no vermelho. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de janeiro e fevereiro chegou em R\$ 366 milhões. O melhor resultado foi puxado pelos efeitos de corte de custos e ainda pelo aumento de preços do aço, feito no início do ano. Só para as montadoras, o ajuste foi de 25%. Neste ano, a Usiminas já teve dois presidentes. Até o dia 22 de março, o cargo era ocupado por Rômelo de Souza e, desde então, por Sérgio Leite. Procurada, a Usiminas diz estar em período de silêncio e que os resultados do primeiro trimestre de 2017 serão divulgados no dia 20.

MME / ASCOM .